

COMENTA DNV • TJPB • MATERIAL GRATUITO

10 questões comentadas

TJPB • Analista Judiciário (5 oficiais FGV + 5 inéditas)

Questões da FGV em provas de Tribunais de Justiça (TJ-AP e TJ-MS, 2024) e inéditas no padrão FGV, nas disciplinas do edital TJPB 2026: Constitucional, Administrativo, Civil e Consumidor, Processo Civil, Penal, Processo Penal, Direitos Humanos e Tutela Coletiva.

Prof. Ramon Lira e Prof. Rennan Souza • Direito na Veia

Resolva sem consultar. O gabarito comentado está no fim.

Maria nasceu no território brasileiro quando seus pais, sendo um deles de nacionalidade paraguaia, e o outro de nacionalidade argentina, aqui se encontravam em gozo de férias. Logo após o nascimento, a família retornou ao Paraguai e poucos meses depois passou a residir no México, tendo Maria se naturalizado mexicana ao atingir a maioridade. Ao ser acusada da prática de um crime, Maria fugiu para o território brasileiro, tendo aqui estabelecido residência, o que levou o governo mexicano a requerer a sua extradição. À luz dessa narrativa, é correto afirmar que Maria:

- (A) não pode ser extraditada, por ser brasileira nata
- (B) pode ser extraditada, pois ela não tem nacionalidade brasileira
- (C) somente não pode ser extraditada caso tenha optado pela nacionalidade brasileira
- (D) ainda que tenha se naturalizado brasileira, pode ser extraditada a depender do crime de que é acusada
- (E) pode ser extraditada, pois o crime foi praticado em momento anterior a eventual opção pela nacionalidade brasileira.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

As autoridades administrativas competentes observaram que a sociedade Crisântemo envolveu-se em um esquema de fraude em licitações, de modo que a sua conduta está sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos) e na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) não há possibilidade de ser realizado o julgamento em conjunto de tais infrações, nos mesmos autos, em razão de todas as penalidades previstas na Lei Anticorrupção se submeterem à reserva de jurisdição
- (B) é cabível a reunião, nos mesmos autos, da apuração e aplicação das penalidades administrativas em ambas as normas, devendo ser aplicado o rito estabelecido na Lei de Licitações e Contratos
- (C) haverá necessariamente dois processos, em autos separados, na via administrativa, que não podem ser reunidos, em razão da competência para a aplicação das penalidades e da gravidade daquelas previstas em uma e outra norma
- (D) os atos previstos como infrações administrativas ou em cada uma das normas na Lei de Licitações e Contratos e na Lei Anticorrupção serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Anticorrupção
- (E) apesar de ser viável a reunião da apuração e julgamento para fins de aplicação das penalidades previstas em uma e outra norma, o rito procedimental e a autoridade competente dependem da penalidade mais grave aplicável no caso concreto.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

No que concerne aos procedimentos dos Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que:

- (A) não podem ser promovidas execuções fundadas em títulos executivos extrajudiciais, ainda que relativas a valor igual ou inferior a quarenta salários mínimos
- (B) caso reconheça a incompetência territorial, o juiz deverá proceder ao declínio e determinar a remessa dos autos ao órgão judicial competente
- (C) não é admissível qualquer modalidade de intervenção de terceiro, tampouco sendo possível o litisconsórcio
- (D) é admissível a reconvenção, desde que fundada nos mesmos fatos que constituem o objeto da controvérsia
- (E) é vedada a citação por edital, ainda que o réu se encontre em lugar ignorado.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Lúcia, maior e capaz, foi vítima do crime de estelionato na data do seu aniversário de trinta anos de idade, suportando um prejuízo financeiro de dois mil reais. Registre-se que a ofendida somente procurou as autoridades públicas incumbidas da persecução penal sete meses após os fatos, mesmo tendo ciência de quem foi o autor do delito desde o dia da empreitada criminosa. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que se operou a extinção de punibilidade em razão da:

- (A) prescrição da pretensão executória estatal
- (B) prescrição da pretensão punitiva estatal
- (C) renúncia ao direito de queixa
- (D) perempção
- (E) decadência.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

João foi capturado em flagrante pela suposta prática do crime de furto qualificado. Por ocasião da audiência de custódia, o magistrado relaxou a prisão flagrancial do custodiado, ao argumento de que o auto de prisão em flagrante delito não observou as exigências constitucionais e legais. Irresignado, o Ministério Público pretende recorrer da decisão judicial que fora proferida. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, o Ministério Público poderá fazer uso de:

- (A) embargos infringentes e de nulidade
- (B) recurso em sentido estrito
- (C) carta testemunhável
- (D) recurso de apelação
- (E) correção parcial.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Ana comprou uma geladeira que apresentou defeito de fabricação 20 dias após a entrega. O fornecedor não sanou o vício no prazo legal. Nos termos do CDC, Ana pode exigir, à sua escolha,

- (A) apenas o conserto, sem prazo.
- (B) a substituição do produto, a restituição imediata da quantia paga (atualizada, sem prejuízo de perdas e danos) ou o abatimento proporcional do preço.
- (C) apenas indenização por danos morais.
- (D) a restituição da quantia, mas somente se houver previsão no contrato.
- (E) nada, pois o prazo de reclamação de 30 dias já correu.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Sobre a desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil (art. 50), após a Lei 13.874/2019, é correto afirmar que

- (A) basta a insolvência da pessoa jurídica.
- (B) exige abuso da personalidade, caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- (C) pode ser decretada de ofício pelo juiz, sem requerimento.
- (D) só alcança sócios que tenham mais de 50% do capital.
- (E) não se aplica às relações civis, apenas às de consumo.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

No CPC, o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) é cabível quando houver, simultaneamente,

- (A) repetição de processos sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
- (B) divergência entre turmas do mesmo tribunal sobre questão de fato.
- (C) grande número de recursos extraordinários sobre matéria constitucional.
- (D) pedido de qualquer das partes, independentemente de repetição de processos.
- (E) repercussão geral reconhecida pelo STF.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Segundo a jurisprudência do STF, os tratados internacionais de direitos humanos aprovados sem o rito do art. 5º, § 3º, da Constituição têm status

- (A) de emenda constitucional.
- (B) supralegal: acima das leis ordinárias e abaixo da Constituição.
- (C) de lei ordinária.
- (D) de lei complementar.
- (E) de decreto regulamentar.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Sobre a ação civil pública (Lei 7.347/1985), é correto afirmar que

- (A) só o Ministério Público tem legitimidade para propô-la.
- (B) a Defensoria Pública tem legitimidade para propô-la.
- (C) não pode tutelar direitos individuais homogêneos.
- (D) a associação precisa estar constituída há pelo menos 5 anos, sem exceção.
- (E) não admite tutela de urgência.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Gabarito comentado

1 • Gabarito A. Brasileiro nato nunca é extraditado (CF, art. 5º, LI). Maria nasceu no Brasil, e os pais estrangeiros não estavam a serviço de seu país, então é brasileira nata (art. 12, I, a). Desde a EC 131/2023, a naturalização voluntária também não faz perder a nacionalidade.

2 • Gabarito D. Lei 14.133/2021, art. 159: os atos que também são lesivos à Administração pela Lei 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito e a autoridade competente definidos na Lei Anticorrupção.

3 • Gabarito E. Lei 9.099/1995, art. 18, § 2º: não se fará citação por edital nos Juizados Especiais Cíveis. Se o réu está em lugar incerto, o processo é extinto e a parte pode procurar a Justiça comum.

4 • Gabarito E. No estelionato, a ação depende de representação (CP, art. 171, § 5º). O prazo é de 6 meses contados do dia em que a vítima soube quem é o autor (CP, art. 103). A vítima conhecia o autor e só o procurou 7 meses depois: houve decadência.

5 • Gabarito B. A decisão que relaxa a prisão em flagrante desafia recurso em sentido estrito (CPP, art. 581, V).

6 • Gabarito B. CDC, art. 18, § 1º: não sanado o vício em 30 dias, o consumidor escolhe entre substituição, restituição da quantia ou abatimento do preço.

- **A** O fornecedor tem 30 dias para sanar (art. 18, § 1º); depois, a escolha é do consumidor.
- **C** O CDC prevê as três alternativas do art. 18, § 1º, além de eventuais perdas e danos.
- **D** O direito decorre da lei e não depende do contrato.
- **E** O prazo de 90 dias para bens duráveis (art. 26, II) conta da entrega, e o defeito apareceu em 20 dias.

7 • Gabarito B. Art. 50 do CC: a desconsideração exige abuso da personalidade jurídica, caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial (teoria maior).

- **A** A mera insolvência não basta no Código Civil (teoria maior).
- **C** Depende de requerimento da parte ou do MP, quando lhe couber intervir.
- **D** Alcança administradores ou sócios beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.
- **E** O CC a regula para as relações civis; o CDC tem regra própria (art. 28).

8 • Gabarito A. CPC, art. 976: efetiva repetição de processos com controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

- **B** O IRDR trata de questão de direito, não de fato.
- **C** Recursos extraordinários repetitivos têm técnica própria (art. 1.036).
- **D** Exige efetiva repetição de processos.
- **E** A repercussão geral é requisito do recurso extraordinário, não do IRDR.

9 • Gabarito B. Desde o RE 466.343 (prisão do depositário infiel), o STF atribui status supralegal aos tratados de direitos humanos não aprovados pelo rito especial do § 3º. A Súmula Vinculante 25 nasceu desse entendimento.

- **A** Só os aprovados pelo rito do § 3º (3/5, dois turnos, nas duas Casas) equivalem a emenda.
- **C** Lei ordinária é o status dos tratados comuns, que não são de direitos humanos.
- **D** Não há tratado com status de lei complementar.
- **E** O tratado é internalizado por decreto, mas seu status é supralegal.

10 • Gabarito B. Lei 7.347/1985, art. 5º, II: a Defensoria Pública está entre os legitimados (incluída pela Lei 11.448/2007).

- **A** Também são legitimados a Defensoria, os entes federativos, a administração indireta e associações (art. 5º).
- **C** AACP também tutela direitos individuais homogêneos, especialmente com o CDC (arts. 81 e 91).
- **D** O requisito é de 1 ano e pode ser dispensado pelo juiz (art. 5º, V, a, e § 4º).
- **E** Admite tutela de urgência (arts. 4º e 12).

GOSTOU?

Continue estudando com o Direito na Veia.

Mapa do Edital TJPB (grátis)

O peso estimado de cada disciplina nas provas FGV de TJs e a trilha de 13 semanas até a prova de 24/01/2027. Conheça em direitonaveia.com.br/juridicas.

Comunidade Direito na Veia (grátis)

Entre e receba por e-mail o Mapa do Edital grátis e os avisos dos concursos:
direitonaveia.com.br.

Material gratuito · Direito na Veia · proibida a revenda. Compartilhamento livre, na íntegra e com a fonte.
contato@direitonaveia.com.br · [@direitonaveia.oficial](https://www.instagram.com/direitonaveia.oficial)